

**INSTITUTO PROFISSIONAL FEMININO – ORSINA DA FONSECA –
COMO EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E
TRABALHO (1930 – 1940).**

Teresa Vitória Fernandes Alves¹

As instituições de ensino são objetos de pesquisa privilegiados, já que funcionam como pedras fundamentais na reprodução dos ideais de cidadania e das diversas formas de hierarquia social e política. A educação é parte essencial do processo da formação da hegemonia cultural, no qual são impostos padrões culturais e valores que vão lhe servir para respaldar o poder. A escola é o espelho do Estado que a sustenta e mantém. O presente trabalho é busca compreender alguns dos traços existentes nas instituições de ensino voltadas para o público feminino e destinadas a formação profissional.

Espaço de “reprodução” de conceitos e ideologias, a escola traduz a dinâmica da sociedade na qual se insere, revelando conceitos e ideias da sua estrutura política e social, definidas a partir da forma pela qual encara a participação do indivíduo nos processos decisórios. Assim sendo, mudança e participação são conceitos que medeiam a prática do ensino, estimulando o debate em sociedades mais abertas e propensas as mudanças, e apelando ao conservadorismo e a repetição do saber em meios onde a transformação social é vista como ameaça². Neste sentido, a escola é o espelho do Estado que a sustenta e mantém.

Claro que tais abordagens implicam num novo tipo de diálogo interdisciplinar envolvendo as mais diferentes áreas das ciências humanas e fomentando a abertura de estudos onde História, Educação e Ciências Sociais se entrecruzam constantemente. Assim sendo, por exemplo, a recorrência aos estudos baseados na sociologia do currículo podem fornecer ao historiador subsídios para compreensão das diferentes perspectivas educacionais e, através das suas práticas, dar a conhecer os modelos de organização da sociedade³.

Desta forma, podemos afirmar a constante presença das noções que servem de definição e parâmetro das estruturas social, política e econômica nas políticas educacionais e na elaboração do material didático. O quadro de disciplinas, a sua estruturação e o conteúdo

¹ Doutoranda do Centro de Investigação Interdisciplinar do Século XX, da Universidade de Coimbra. Professora da Universidade Gama Filho e da Rede Pública de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro. O presente artigo é destinado a apresentação na ANPUH/2013.

² ENGUITA, M. F. *Educação e transformação social*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

³ MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: MaudX, 2007.

dos manuais adotados traduzem a importância dada aos diversos setores do conhecimento, a sua importância para o desenvolvimento social e político, mas sobretudo os parâmetros de cidadania que se deseja para a sociedade aos quais estão destinados.

A ação educativa passa a ser encarada como um processo social no qual as estratégias das políticas educativas são marcadas por questões sociais e políticas. Neste quadro, o estudo da realidade educativa está diretamente relacionado ao contexto histórico em que ele se desenrola⁴.

Tais perspectivas estão presentes nos estudos mais recentes acerca da história da educação e as suas relações com o poder no século XX no Brasil. De fato, ante a abrangência política do período e as divergências ideológicas que suporta, a maior dificuldade encontrada pelos historiadores do tema encontra-se no universo de desigualdades e diversidades do ensino brasileiro, oriunda de espaços regionais diferenciados com múltiplos sistemas, normas para as redes de ensino primário e secundário.

O governo instituído a partir da tomada de poder tanto por Getúlio Vargas assinala uma série de mudanças estruturais e conjunturais que afetam o sistema educacional em termos das suas normas legais e da prática na sala de aula. A educação passa por uma revisão/ (re) modelação, que tem como principal objetivo acompanhar todas as mudanças políticas e econômicas pelas quais o país passava, adequando o ensino às necessidades de uma política de modernização da sociedade.

Assumindo gradativamente um cariz de ditadura, mesclando autoritarismo e populismo, o Estado implementa no sistema educacional uma ideia da formação de cidadania na qual o essencial é o respeito das diretrizes impostas pelo poder, o respeito às regras instituídas e o ideal de uma sociedade compartimentada, onde alguns são destinados ao trabalho, daí a ênfase no ensino profissionalizante, e os mais capazes sociais e economicamente estão destinados ao ensino universitário, pensadores e cientistas à serviço de uma estrutura estatal e do poder vigente. Em ambos os casos, o objetivo da educação é perpetuar os valores sociais e políticos em vigor.

No Brasil, é chegado o momento da política educacional restaurar e revitalizar a formação do professor e reformular o sistema de ensino. As mudanças introduzidas no

⁴ MORGADO, José Carlos. *Currículo e profissionalidade docente*. Porto: Porto Editora, 2005.

sistema educacional vão revelar esta nova fase que o Estado procura construir para si e para a cidadania que postula.

Os trabalhos que tratam das relações entre Estado e Ideologia há muito que consideram as instituições de ensino como pedras fundamentais na reprodução dos ideais de cidadania e das diversas formas de hierarquia social e política. O conceito de “hegemonia” trabalhado por Antonio Gramsci, aliado a questão da importância do intelectual orgânico e da sua relação com o Estado é fundamental para perceber a importância das relações estabelecidas entre Estado e Educação. De fato, para o pensador italiano, a educação é parte essencial do processo da formação da hegemonia cultural, na qual um Estado impõe padrões culturais e valores que vão lhe servir para espaldar o poder⁵.

Dentro deste quadro, a escola é encarada como um aparelho reprodutor da hegemonia, na qual os intelectuais orgânicos, ou sejam, aqueles que pensam o poder podem reproduzir os seus valores. Num outro sentido, mas trabalhando a escola como “aparelho ideológico”, Althusser realça o seu papel chave do sistema de ensino como condição para a forja da representação de sociedade estabelecida pelo poder⁶.

Por outro lado, é na escola que se forja a noção de pertença por parte do indivíduo ao lugar, ou no caso concreto, à Nação. O seu lugar como cidadão passa a ser definido pelos padrões que lhe são impostos a partir da formação escolar mais básica. Os chamados símbolos da Pátria, a própria noção de Pátria, a História e os chamados valores cívicos são fundamentais para a construção de um ideal de cidadania, cabendo ao sistema educacional um papel de destaque na entronização do conceito pelos membros de dada sociedade. Assim sendo, e recuperando a noção de aparelho reprodutor da ideologia, controlar o sistema educacional significa ter o controle da produção de novos cidadãos que podem ser ou não favoráveis ou maleáveis aos mecanismos existentes e às regras impostos pelo poder.

Para atingir tais objetivos o sistema de ensino impõe formas de conduta, privilegia disciplinas e abre um espaço próprio de comemorações nas quais a noção de Nação é apresentada de forma vinculada ao Estado, quer como sinonimo, ou ainda, como principal alvo das políticas implementadas pelos organismos estatais. Ao lado desta, a “Pátria”, uma espécie de “entidade” na qual reside o poder aglutinador de todos os membros da Nação. Comemorar a Pátria significa comemorar os ideais da Nação ou do Estado que a defende.

⁵ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁶ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Desta forma, são criados momentos de memória onde os cidadãos referenciam o seu passado, mantendo a coesão presente e futura. Nas escolas, as festas cívicas são o mais puro exemplo destes espaços de memória e reafirmação da cidadania.

Em suma, a análise do sistema de ensino oferece as condições necessárias para que possamos compreender a forma pela qual o Estado reproduz e pretende perpetuar os seus valores, espelhados nas ideias de Cidadania, Nação e na suposta noção de uma “Pátria”, forjada a partir de valores físicos, como o país, humanos, como a sociedade, mas sobretudo morais, sendo estes o que postula ser o defensor.

Os estudos mais recentes⁷ reforçam a ideia de uma escola como forja primeira da cidadania, destacando a importância de um sistema voltado para a formação de cidadãos conscientes, dotados de discernimento político e capacidade de julgar e escolher o seu próprio caminho. O conhecimento do passado é a primeira condição para este modelo de cidadão. O nosso trabalho visa contribuir para a criação e o estímulo de uma nova fórmula de pensar a História das relações entre o ensino, o Estado e a sociedade no Brasil.

O Brasil dos anos 1930

A partir de 1937 - o Estado Novo brasileiro - , referência para o período mencionado, apresenta mudanças no sistema educacional, tendo como principal objectivo implementar no sistema educacional uma ideia de cidadania na qual o essencial é o respeito às diretrizes impostas pelo poder, o respeito às regras instituídas e o ideal de uma sociedade compartimentada, onde alguns são destinados ao trabalho, daí a ênfase no ensino profissionalizante, e os mais capazes social e economicamente estão destinados ao ensino universitário, pensadores e cientistas ao serviço de uma estrutura estatal e do poder vigente. Em ambos os casos, o objectivo da educação é perpetuar os valores sociais e políticos em vigor.⁸

Tal como o cidadão quando adulto, o aluno não questiona, mas obedece e reproduz o conhecimento que lhe é imposto. Da mesma maneira como ocorre no Brasil e em outros regimes onde o corporativismo serve para estruturar o Estado e estratificar a sociedade,

⁷ PERRENOUD, Philippe. *Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

⁸ CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.

o ensino é compartimentalizado, sendo reservado o básico para os trabalhadores e o ensino superior para a classe dirigente. O ensino técnico é o patamar intermédio, destinado a criar quadros para a gestão da economia ou do próprio aparelho de estado. A hierarquia social é reflectida na estrutura educacional.⁹

Por outro lado, o fim do Estado Novo no Brasil assinala mudanças, passando a educação a ser vista como a forja para um novo ideal de cidadania, onde a valorização do próprio cidadão conduz ao processo de conscientização dos problemas sociais e morais, devendo ser pautada na erudição, no aperfeiçoamento moral e social.¹⁰ É chegado o momento da política educacional restaurar e revitalizar a formação do professor e reformular o sistema de ensino, apagando da memória os entraves presentes no Estado Novo Vargasista.¹¹ As mudanças introduzidas no sistema educacional vão revelar esta nova fase que o Estado procura construir para si e para a cidadania que postula. No entanto, a herança estado-novista no que tange a estruturação social ainda persiste, sobretudo quando a diferenciação está relacionada com o papel de mulheres e homens em sociedade.

De fato, pouco é avançado no que respeita ao ensino feminino e às considerações em torno da função a ser desempenhada pela mulher na nova sociedade. Apesar da maior liberdade de expressão e das melhores condições de acesso ao ensino superior, no ensino médio o lugar reservado às meninas de baixa renda pouco ou nada difere daquele postulado no período de Vargas. Na realidade há uma constante, com muito poucas variações, que está presente no sistema desde os anos trinta até o término da década de cinquenta.

A imagem da menina destinada ao lar ou aos trabalhos domésticos ganha um outro estatuto, mais modernizante, que acompanha o desempenho econômico duma sociedade em expansão, mas a sua esfera de actuação pouco se amplia. No sistema educacional, fora dos bancos universitários, o seu destino é a casa e as tarefas domésticas, o universo do trabalho molda a sua formação através de currículos apropriados onde ao lado da costura ou artesanato só há um pequeno espaço para o secretariado ou a enfermagem, funções condizentes com uma condição na qual uma mulher de baixa renda deve saber se adaptar.

⁹ MÔNICA, Maria F. *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

¹⁰ MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹¹ SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

É na escola que se forja a noção de pertencimento por parte do indivíduo ao lugar, ou no caso concreto, à Nação.¹² O seu lugar como cidadão passa a ser definido pelos padrões que lhe são impostos a partir da formação escolar mais básica. Os chamados símbolos da Pátria, a própria noção de Pátria, a História e os chamados valores cívicos são fundamentais para a construção de um ideal de cidadania, cabendo ao sistema educacional um papel de destaque na entronização do conceito pelos membros de dada sociedade. Assim sendo, e recuperando a noção de aparelho reprodutor da ideologia, controlar o sistema educacional significa ter o controle da produção de novos cidadãos que podem ser ou não favoráveis ou maleáveis aos mecanismos existentes e às regras impostos pelo poder.

Para atingir tais objectivos o sistema de ensino impõe formas de conduta, privilegia disciplinas e abre um espaço próprio de comemorações nas quais a noção de Nação é apresentada de forma vinculada ao Estado, quer como sinónimo, ou ainda, como principal alvo das políticas implementadas pelos organismos estatais. Ao lado desta, a “Pátria”, uma espécie de “entidade” na qual reside o poder aglutinador de todos os membros da Nação. Comemorar a Pátria significa comemorar os ideais da Nação ou do Estado que a defende. Desta forma, são criados momentos de memória onde os cidadãos referenciam o seu passado, mantendo a coesão presente e futura. Nas escolas, as festas cívicas são o mais puro exemplo destes espaços de memória e reafirmação da cidadania.¹³

Em suma, a análise do sistema de ensino oferece as condições necessárias para que possamos compreender a forma pela qual o Estado reproduz e pretende perpetuar os seus valores, espelhados nas ideias de Cidadania, Nação e na suposta noção de uma “Pátria”, forjada a partir de valores físicos, como o país, humanos, como a sociedade, mas sobretudo morais, sendo estes o que postula ser o defensor.

O caso Orsina da Fonseca: Instituto Profissional Feminino

¹² Ver entre outros, ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1996. BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996. GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993. SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

¹³ Ver entre outros, CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. Coleção Opúsculo. LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996. NORA, Pierre. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projecto História*. São Paulo, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

A presença do Estado nas instituições educacionais, quer pela existência de vínculos directos, como nas escolas de administração pública, quer pelo regulamento legal, no caso das instituições particulares submetidas à legislação reguladora dos estabelecimentos de ensino, nos possibilita analisar os mecanismos pelos quais o poder controla e impõe valores à sociedade.

A partir da análise do material disponibilizado pelo sistema educativo pretendemos detectar a forma pela qual a sociedade considera o papel a ser desempenhado pelo elemento feminino. Os nossos parâmetros se baseiam na existência de políticas que marcam um período determinado, mas sobretudo na existência de aspectos culturais. Para tal, é fundamental a análise da política educacional desenvolvida pelo o país durante o período mencionado, centrando o nosso estudo na análise de um caso específico.

A nossa referência será a Escola Orsina da Fonseca, criada por decreto em 1897, como Instituto Profissional Feminino foi inaugurado em 28 de outubro de 1898.¹⁴ O decreto nº 981, de 2 de setembro de 1914, institui que o:

(...) ensino tecnico profissional tem por fim ministrar conhecimentos scientificos e de artes e officios” e que o “ensino será dado em: a) escolas profissionais masculinas; b) escolas profissionais femininas; c) escolas noturnas para os dous sexos.

Através dele essas escolas “*constituirão externatos*” (art.22, 23, 24), logo o ensino destinado ao sexo feminino seria ministrado em um único curso: o profissional; sendo este composto de: modelagem, desenho, pintura, gravura, litografia, fotografia, escrituração mercantil, datilografia, estenografia, tipografia: brochura e encadernação, telegrafia, costura a mão e a máquina e cortes, bordados a mão e a máquina, rendas a mão e a máquina, flores e

¹⁴ De acordo com os documentos consultados no Acervo do Centro de Memória da Educação do Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação, no “Cadastro de Escolas Municipais” da Divisão de Documentação do Departamento Geral de Administração da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, consta à data de inauguração como 28 de dezembro daquele ano. Em homenagem a esposa do Sr. Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1911-1914), recebeu o nome de Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca. A Primeira Dama após visita junto com o marido por ocasião de uma solenidade naquele estabelecimento de ensino “se afeiçoara às meninas pobres”, em sua maioria órfã, prestando-lhe assistência social, “dedicação e ternura”. Após a sua morte, em 1912, ao nome do Instituto foi acrescentado o de Orsina da Fonseca. Fonte: *Álbum Seriado* da Exposição itinerante “A Escola de Outros Tempos”, organizada em 1995 pelo Centro de Memória da Educação. Ver também sobre Orsina Francione da Fonseca o *Dicionário Mulheres do Brasil*, pp.461-2.

suas aplicações, chapéus e coletes para senhoras, gravatas etc. (Art. 26, 27 e 30); distribuído ao longo de três anos, de conformidade com o regulamento que lhes for dado.

Dentro do acervo do Arquivo Permanente da Escola Municipal Orsina da Fonseca encontramos vários documentos, tais como: o livro de visitantes que pertenceu ao Instituto Feminino e que data de 1898, vários postais com os trabalhos desenvolvidos pela meninas e moças do internato, caderno de atividades, fichas das alunas (com suas identificações), livro de peças (chapéus e vestidos) feitas pelas moças e que por vezes eram vendidos ou participavam de exposições, fotografias, além de documentos que falam das atividades que eram desenvolvidas no Instituto.

Assim sendo, serão considerados alguns aspectos essenciais para a compreensão de tal processo, a saber:

1. A política educacional desenvolvida e os debates suscitados entre especialistas, como no caso da nova seriação imposta para os primeiros anos escolares, dissolvendo a antiga divisão existente entre ensino primário e ginásial. Para tal serão analisados os textos legais referentes ao sistema educacional e periódicos especializados no qual são abordados e tratadas as questões legais e a sua repercussão entre os especialistas das diversas áreas da educação.

2. A produção editorial, nomeadamente os livros didáticos e os conteúdos recomendados ou pré-estabelecidos. Neste sentido, os manuais de História são o objeto preferencial de análise, dada a importância da História para a definição da cidadania.¹⁵

3. Os festejos cívicos, encarados como uma forma do Estado forjar o ideal da cidadania.¹⁶ (CATROGA, F.2001). Neste âmbito, processar-se-á a busca de fontes em arquivos e bibliotecas públicas ou privadas tais como outras formas de escritas escolares (informativos de grêmios escolares, fichas de alunos, cadernos de apontamentos – de alunos ou professores – relatórios, cadernos de festas cívicas) e fotografias.

BOURDIEU, Pierre, *La fotografía: un arte intermedio*. México : Nueva Imagem. 1989.

¹⁵ BENDIX, Reinhard. *Op.cit.*, 1996.

¹⁶ CATROGA, Fernando. *Op. cit.*, 2001.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

BRITO, B. *Dicionário de História do estado Novo – Vol. II*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

DAVIES, Nicholas. O público, o privado e o estatal no pensamento educacional brasileiro. In: *Movimento*. Revista da Fac. de Educação da UFF. Nº 8, 2003.

ESTEVES, João Gomes. *A liga republicana das mulheres portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: Condição para igauldde e direitos da mulher, 1991.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. “A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico”. In: *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 13, Núm. 39, septiembrediciembre, 2008.

_____. *Pensar a História, repensar o seu ensino*. Porto: Porto, 1994.

FERNANDES, A. S. “A problemática social da educação escolar”. In: *A construção social da educação escolar*. Porto: Edições Asa, 1991.

FERNANDES, Rogério & MAGALHÃES, Justino (Orgs.). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1999.

FERREIRA, A. Gomes (org). *Escola, culturas e identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciência da Educação, III Congresso Luso-Basileiro de História da Educação, v.I, 2004.

FONSECA, Thais Nívia de L. (org). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Joaquim Ferreira [et al.]. *História da Educação em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

_____. *Para a história da educação em Portugal. Seis estudos*. Porto:Porto Editora, 1995.

GRÁCIO, Rui. “História da história da educação em Portugal: 1945-1978”. In: *Fundação Calouste Gulbenkian* (Ed.). *Obras completas*. V. I Lisboa: Gulbenkian, 1995.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1919-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARROU, H. I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- McLAREN, P. *Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- MÓNICA, M. F *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Presença. 1978.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- NAGLE, Jore. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.
- NÓVOA, Antônio. *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXème siècle)*. Lisboa: I.N.I.C., 1987.
- NÓVOA, António. *A "Educação Nacional", Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- PIMENTEL, Irene F. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e debates, 2001.
- RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- ROSAS, F. *Portugal e o Estado Novo (1930 – 1960)*. Lisboa: Presença. 1992.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de & MAGALDI, Ana Maria B. De M. *Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa*. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, nº 26, 2008.